se o dígito verificador;

§3º Os critérios fixados no § 2º poderão ser alterados circunstancialmente nos casos de impedimento, suspeição ou qualquer outra hipótese de incompatibilidade durante a assistência jurídica, sempre que necessário ao interesse e à otimização do serviço.

§4º Cada Defensoria Pública dos Juizados Especiais Cíveis, quando estiver na escala destinada aos atendimentos, realizará de segunda a sexta-feira, semanalmente, até 10 atendimentos iniciais e 10 atendimentos de retorno, sem prejuízo dos atendimentos extrapauta.

§5º A escala com os dias de atendimento será definida pelos Defensores Públicos titulares das Defensorias Públicas dos Juizados Especiais Cíveis, ou por quem estiver respondendo pela titularidade, em conjunto com a Coordenação."

CAPÍTULO II DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 5º A substituição entre os órgãos de atuação é automática e obrigatória, só podendo a ser declinada em casos excepcionais, mediante justificativa escrita dirigida ao Defensor Público Geral, que decidirá fundamentadamente.

§1º A substituição automática ocorrerá nos casos de férias, faltas, suspeições, impedimentos, licenças e outros afastamentos com duração de até 30 (trinta) dias consecutivos dos Defensores Públicos que estiverem em atuação nas Defensorias Públicas do Núcleo Cível, quando houver interesses conflitantes entre assistidos em um mesmo processo ou procedimento, quando houver necessidade de atuação de mais de um Defensor Público no mesmo processo ou procedimento a fim de assegurar o contraditório quando assistidos estiverem em polos processuais antagônicos, bem como quando audiências judiciais estiverem ocorrendo simultaneamente em juízos diversos.

§2º As substituições automáticas das Defensorias Públicas Cíveis, referidas no Art. 1º, elencadas nos incisos I a XVI, ocorrerão conforme a seguinte tabela:

Órgão de Atuação	1º Substituto
1ª DPC	2ª DPC
2ª DPC	3ª DPC
3ª DPC	4ª DPC
4ª DPC	5ª DPC
5ª DPC	6ª DPC
6ª DPC	7ª DPC
7ª DPC	8ª DPC
8ª DPC	9ª DPC
9ª DPC	10ª DPC
10ª DPC	11ª DPC
11ª DPC	12ª DPC
12ª DPC	13ª DPC
13ª DPC	14ª DPC
14ª DPC	15ª DPC
15ª DPC	16ª DPC
16ª DPC	1ª DPC

§3º As substituições automáticas das Defensorias Públicas dos Juizados Especiais Cíveis ocorrerão conforme a seguinte tabela:

Órgão de atuação	1º Substituto	2º Substituto
1ª DPJEC	2ª DPJEC	3ª DPJEC
2ª DPJEC	3ª DPJEC	1ª DPJEC
3ª DPJEC	1ª DPJEC	2ª DPJEC

§4º A substituição automática será comunicada pela coordenação pela via oficial da instituição.

§5º A Coordenação do Núcleo zelarà pela observância dos períodos de férias e licenças dos Defensores Públicos, de modo que os substitutos automáticos não gozem do mesmo período.

§6º Em caso de afastamento de algum Defensor Público do Núcleo para desempenhar suas atribuições em outro local, caberá à Defensoria Pública-Geral, ouvida a Diretoria Metropolitana e a Coordenação do Núcleo, designar outro Defensor Público para atuar naquela Defensoria Pública;

§7ª O Coordenador de Núcleo terá atuação concorrente entre todas as defensorias, podendo atuar a seu critério em qualquer delas caso não seja titular de uma das defensorias referidas no Art. 1º.

CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DAS PASTAS E PROCESSOS

Art. 6º As pastas internas sem tramitação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, que se refiram a questão em que não houve ajuizamento de ação por falta de diligência dos assistidos em fornecer documentos e informações anteriormente solicitados e imprescindíveis para proposição da ação judicial competente, poderão ser arquivadas por decisão do Coordenador do Núcleo, com a respectiva remessa ao arquivo geral.

Parágrafo único. A Coordenação do Núcleo também arquivará as pastas que se refiram a processos judiciais em que os assistidos outorgaram poderes a advogados, afastando a atuação da Defensoria Pública do Estado do Pará, desde que já ultimados os procedimentos para a cobrança de honorários devidos à Defensoria Pública do Estado do Pará (de acordo com a Resolução CSDP nº 115, de 09 de setembro de 2013).

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º Nos processos em andamento promovidos pela Defensoria Pública, via de regra, a Defensoria vinculada à Vara atuará em favor do autor, sendo o contraditório exercido da seguinte forma:

Parágrafo único - Nas causas em que a parte autora esteja sob o patrocínio da advocacia privada, o contraditório será exercido pelo Defensor Público vinculado à Vara onde tramita o processo;

Art. 8º Será possibilitado, preferencialmente, aos Defensores titulares do mesmo núcleo que exerçam o direito à cumulação da Defensoria do núcleo que não estiver sendo ocupada pelo seu titular de acordo com a lista de antiguidade.

Art. 9º Havendo extinção, criação ou modificação das varas judiciais da Capital, o Defensor Público Geral designará Defensor (a) para atuar na Vara até que o Conselho Superior regulamente a matéria.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos por Instrução Normativa do Defensor Público Geral ou ato da Diretoria Metropolitana ou Coordenação respectiva.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Protocolo: 923137

RESOLUÇÃO CSDP Nº 344, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023.

Transforma a 17ª Defensoria Pública Cível em 4ª Defensoria Pública de Defesa do Consumidor.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar 054/2006; Considerando a disposição do art. 1º, §2º, do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Pará, alterado pela Resolução CSDP nº 343/23, o qual dispõe que o Núcleo de Defesa dos Direitos do Consumidor é composto pelas Defensorias Públicas de Defesa do Consumidor, que possuem atribuição de realizar o atendimento inicial, prestar orientação jurídica e o acompanhamento processual em questões de defesa do consumidor, devendo receber os autos dos processos judiciais com vista e praticar todos os atos processuais cabíveis; Considerando que a criação de uma Defensoria Pública de Defesa do Consumidor possibilitará ao NUDECON a sua reorganização a fim de assumir as audiências de matérias consumeristas; Considerando deliberação do Conselho Superior na 255ª Sessão Extraordinária, realizada em 27.02.2023; RESOLVE:

Art. 1º Transformar a 17ª Defensoria Pública Cível em 4ª Defensoria Pública de Defesa do Consumidor.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

EDGAR MOREIRA ALAMAR

Corregedor-Geral

Membro Nato

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

MARIA DE BELÉM BATISTA PEREIRA

Membra Titular

DYEGO AZEVEDO MAIA

Membro Titular

JACQUELINE BASTOS LOUREIRO

Membra Titular

ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS

Membro Titular

SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO

Membro Suplente

LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA

Membro Titular

Protocolo: 923153

RESOLUÇÃO CSPD Nº 345, DE 03 DE ABRIL DE 2023.

Altera a Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, a qual dispõe sobre a realização de plantão pelas Defensorias Públicas vinculadas às Diretorias Metropolitana e do Interior.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, publicada no D.O.E. em 09.02.2006; Considerando a deliberação unânime do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública na 258ª sessão ordinária realizada no dia 03 de abril de 2023; RESOLVE:

Art. 1º Incluir o novo §3º ao art. 4º da Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"§3º Caso haja a designação de ato processual ou qualquer outro ato que demande a presença física do membro, este deverá comparecer presencialmente."

Art. 2º Alterar os CAPÍTULOS III e IV da Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, juntamente com seus respectivos artigos, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III – DO RELATÓRIO DE ATENDIMENTO.

Art. 5º O membro plantonista deverá elaborar relatório de plantão, cujo modelo encontra-se no anexo I desta Resolução, contendo a descrição de todas as atividades realizadas no dia.

§1º O relatório deverá ser encaminhado, exclusivamente via PAE, à chefia imediata ou à respectiva Diretoria, quando for o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o término do plantão, até que seja implementado o sistema próprio de controle.